

Entrevista com Cristiano Benites Oliveira

Em outubro de 2015, a *Equipe Coleciona* entrevistou o consultor do Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, Cristiano Benites Oliveira, que contou um pouco da sua trajetória profissional e vivências atuando como catador.

COLECIONA: *conte-nos um pouco sobre sua trajetória profissional, envolvendo temáticas socioambientais.*

CBO: comecei a me envolver com a questão dos resíduos e dos catadores desde adolescente, no início dos anos 90, ao ficar estarecido com a quantidade de garrafas pet que flutuavam no Rio Gravataí (Região Metropolitana de Porto Alegre), achava aquilo uma enorme irracionalidade, pois o PET já podia ser reciclado. Não precisava ter aquele tipo de destino final, além disso poderia gerar renda para os catadores. Os anos se passaram e, no início dos anos 2000, voltei a me deparar com a questão quando começamos a fazer projetos de extensão realizados de forma independente por uma organização do Movimento Estudantil da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), chamada Coletivo pela Universidade Popular (COLUP). Com este coletivo, apoiamos a construção de um espaço popular de reciclagem numa comunidade de periferia conhecida como Vila Pontilhão no município de Gravataí. A aproximação com os catadores daquela comunidade proporcionou minha inserção em projetos de formação para catadores atuando como educador. Contudo, sentia um enorme vazio pois estava “formando” catadores sem conhecer a fundo o seu trabalho e o seu cotidiano. Foi então que no ano de 2002, após concluir minha graduação em Ciências Sociais, comecei a trabalhar na condição de catador em uma associação de reciclagem no bairro Restinga em Porto Alegre.

A partir dessa nova vivência, pude perceber melhor o que me diferenciava dos catadores. A cada dia estas diferenças entre eu e os catadores se tornavam cada vez mais nítidas. Custei muito para aprender a trabalhar com o peso dos materiais recicláveis, tanto no manuseio de bombonas cheias de material já classificado pelas mulheres nas mesas de triagem, quanto no enfardamento e no deslocamento daqueles pesados fardos de diversos tipos de materiais, como os de plásticos filme e plásticos rígidos como PET, PE, PVC, PP entre outros tipos de polímeros. Mas os piores fardos eram os de aparas de papel branco que eram muito pesados e se desfaziam com

facilidade.

Em meio a esta experiência de quase dois anos de trabalho e lutas, houve a conquista de uma creche voltada ao acolhimento das crianças do galpão de catadores e da comunidade da Quinta Unidade da Restinga. Logo que tiveram início as obras da creche, abriu-se um debate, no interior da associação de catadores, sobre quem seria seu coordenador. O processo de seleção ocorreu em uma assembleia geral e fui escolhido para assumir a função de coordenador pedagógico desta entidade. Creio que o que pesou nesta decisão foi minha inadequação ao trabalho com as prensas e bombonas. Nesta mesma instância também foi escolhido o nome desta creche: “Escola de Educação Infantil Comunitária Ecos da Infância”. No mês de fevereiro de 2004, eu saí da minha condição de catador no galpão para assumir temporariamente a coordenação pedagógica daquela escola comunitária. Sendo que o acordo estabelecido junto à coordenação da associação consistia na minha permanência na creche até que alguém da própria comunidade assumisse esta função, o que veio a ocorrer através de um processo de formação construído de modo coletivo entre a equipe operacional da escolinha. Após a referida formação, que durou uns nove meses, a então professora do jardim de infância assumiu a coordenação. Isso me liberou, enfim, para atender, ao final daquele ano, uma convocatória do Movimento Nacional dos Catadores de material Reciclável/RS, de atuação em projetos de formação de abrangência nos três estados da região sul.

Depois deste tempo de atuação, ao final dos anos 2000, retomei minha trajetória acadêmica, realizando mestrado e doutorado. No estudo e na pesquisa das relações e dos processos socioambientais, políticos e econômicos que envolvem os catadores, pude perceber que tanto a condição de ator quanto a condição de pesquisador, são complementares e acabam se tornando insumos práticos, teóricos e metodológicos direcionados tanto para uma condição quanto para outra. Isto porque as relações que são estabelecidas no âmbito das práticas dos atores constituem a matéria-prima necessária à construção dos objetos de interpretação de pesquisa, por outro lado, os sentidos de pesquisa, produzidos a partir das interpretações reflexivas, no âmbito de práticas investigativas, podem contribuir significativamente para o amadurecimento político das ações dos catadores ao suscitar a prática reflexiva sobre os rumos tomados por estes atores.

COLECIONA: como os catadores e cooperativas têm reagido diante da proposta de fazer a coleta seletiva, como determina a Política Nacional de Resíduos Sólidos? Há conflitos entre prefeituras e catadores?

CBO: muitos empreendimentos de catadores topam com grande entusiasmo o desafio de prestar um serviço público, ser contratado e remunerado por isso. Contudo, é preciso que ocorra um processo de

habilitação para tanto. Contratar uma cooperativa ou associação de catadores não é o mesmo que contratar uma empresa com finalidades mercantis e lucrativas. São organizações da sociedade inseridas em um mercado e não grupos mercadológicos vendedores de serviços. Creio que o principal conflito parta da ausência deste discernimento. Para o êxito de um modelo de gestão integrada que contemple as dimensões ambientais, sociais, econômicas, políticas e culturais, é preciso que seja realizada uma série de ações em conjunto com a contratação, tais como elaboração de roteiros de coleta, formação dos catadores, conscientização ambiental dos munícipes, estruturação dos empreendimentos, monitoramento e avaliação de processos compartilhados em esferas públicas entre gestores, catadores e beneficiários dos serviços.

COLECIONA: quais as maiores dificuldades para a inclusão social dos catadores de material reciclável?

CBO: as maiores dificuldades para a inclusão dos catadores advêm de dois processos excludentes. O primeiro é a discriminação social e histórica sofrida por estes sujeitos, ao associá-los ao “lixo” e à informalidade das relações de trabalho, que reforçam a precariedade das mesmas. O segundo processo excludente reside na busca por incluí-los, sem muita reflexão, nos sistemas de gestão de resíduos. Existe, atualmente, uma falta de propostas estratégicas sobre como os catadores podem ser paulatinamente formalizados. Refletindo sobre este problema, penso que muitos catadores em situação de informalidade não aceitam cumprir os critérios estabelecidos para a sua inclusão, tais como horário catedrático de trabalho, pagamento mensal, realização de “partilha igualitária” sem considerar a produtividade individual, regras e metas impostas, entre outros. Para se precaver contra processos excludentes, é preciso que sejam concebidas mediações entre os catadores para sua formalização. Podem ser pensados horários mais flexíveis de trabalho, liberação de vales a serem descontados no final do mês, controle de produtividade por equipes de trabalho, espaços democráticos e autogestionários de tomada de decisões, etc.

COLECIONA: pode haver relação entre educação ambiental (EA) e a melhoria de condições de trabalho e de renda para os catadores?

CBO: sim, a educação ambiental feita de catador para catador, e de catador para gerador de resíduos sólidos, é a garantia de que os serviços de coleta e destino final de resíduos sólidos recicláveis possam ser viabilizados junto aos empreendimentos de catadores de forma mais digna e sustentável. Digna, pois os catadores deixam de ser confundidos com o “lixo” e passam a ser reconhecidos como prestadores de serviço de reciclagem e de logística reversa.

Isso contribui para que os resíduos deixem de ser vistos como dejetos e passem a ser tratados como insumos com valor econômico, social e ambiental, o que contribui de forma decisiva para a implementação de um dos pressupostos fundamentais da PNRS. Já a sustentabilidade deste processo se realiza, em termos ambientais, no momento em que os resíduos deixam de ser depositados no meio ambiente. Isso, entre tantas outras coisas, faz com que os aterros aumentem sua vida útil (e não voltem a se tornar lixões). Em termos econômicos, a reciclagem realizada pelos catadores faz com que as riquezas possam ser melhor distribuídas, no momento em que são desenvolvidas e ampliadas as técnicas e as tecnologias de produção na área da coleta, triagem, logística, comercialização em rede e agregação de valor aos materiais recicláveis através de seu beneficiamento industrial. E socialmente, ocorre o incremento da massa de renda em níveis locais, a formalização destes trabalhadores e o seu conseqüente acesso a todos os direitos de cidadania. Esses referidos pilares da sustentabilidade (ambiental, econômico e social) consistem em grandes valores culturais e políticos, buscados para o incremento da qualidade de vida e da autonomia pessoal e coletiva.

COLECIONA: na sua opinião, qual a importância da Educação Ambiental no trabalho dos catadores e dos gestores? Onde ela se encaixa, como pode se desenvolver?

CBO: em síntese, acredito que EA, realizada com todos os atores envolvidos na gestão de resíduos, é peça-chave para que um modelo integrado não se reduza a simples termos econômicos e/ou políticos e possa interligar de modo orgânico e duradouro todas as dimensões que dizem respeito à sustentabilidade. No fundo, a EA, implementada com conteúdos e métodos consistentes, é uma ferramenta poderosíssima de atuação cultural e simbólica capaz de realizar uma mudança nos paradigmas estatistas e privatistas que vigoram na gestão de resíduos de forma hegemônica no Brasil. Em minha visão, são esses modelos que erguem grandes empecilhos, os quais ajudaram a protelar em muitos anos a aprovação da PNRS e que atualmente confluem para a implementação superficial desta política.